



EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

MULHERES NEGRAS DISSIDENTES: nas resistências contra o patriarcalismo, o racismo e os epistemicídios

DISSIDENT BLACK WOMEN: IN THE RESISTANCE AGAINST PATRIARKALISM, RACISM AND EPISTEMICIDES

Margarida Mariano de Oliveira¹
Leila Maria Passos de Souza Bezerra²

RESUMO

Este artigo discute as dimensões de opressões expressas pela dominação patriarcal/racial e epistêmica sobre os corpos femininos negros, e as formas como a mulher negra vêm superando e conquistando espaços públicos e de poder através de sua inserção no campo da educação. A visão patriarcal/colonial subjugou e desqualificou os povos negros que, segundo as ideias eurocêtricas, eram “povos inferiores”. O não reconhecimento e o silenciamento dos saberes do povo negro e de outros povos minoritários fortaleceu epistemologicamente os conhecimentos eurocêtricos ocidentais. Problematisa-se, nesse estudo, sobre a condição da mulher negra inserida na dominação patriarcal e racista, na busca pela valorização de suas existências e por seu reconhecimento enquanto produtoras de conhecimentos científicos. Essas mulheres lutam cotidianamente contra o sistema hegemônico que opera as relações que definem o que tem valor científico e o que não tem. Percebe-se caminhos estratégicos dinamizados quando essas mulheres se inserem intelectual e politicamente nas universidades.

Palavras-chave: Mulheres negras; Patriarcalismo/Racismo; Epistemicídio; Conhecimento intelectual. Resistências.

ABSTRACT

This article discusses the dimensions of oppression expressed by patriarchal/racial and epistemic domination over black female bodies, and the ways in which black women have been overcoming and conquering public and power spaces through their insertion in the field

¹ Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduanda de Serviço Social e bolsista de Iniciação Artística (IA-PROEX). E-mail: mariano.oliveira@aluno.uece.br.

² Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora. E-mail: leila.passos@uece.br.

of education. The patriarchal/colonial vision subjugated and disqualified black peoples who, according to Eurocentric ideas, were “inferior peoples”. The non-recognition and silencing of the knowledge of black people and other minority peoples epistemologically strengthened Western Eurocentric knowledge. In this study, the condition of black women inserted in patriarchal and racist domination is problematized, in the search for the valorization of their existences and for their recognition as producers of scientific knowledge. These women struggle daily against the hegemonic system that operates the relationships that define what has scientific value and what does not. Strategic paths are dynamized when these women are intellectually and politically inserted in universities.

Keywords: Black women; Patriarchalism/Racism; Epistemicide; Intellectual knowledge. Resistances.

1 INTRODUÇÃO

A marca que a exploração colonial deixou sobre os corpos negros é profunda e desumana. Essa marca destaca-se, sobretudo, sobre a vida da mulher negra, tanto pela cor de sua pele, como por ser mulher. Nesse sentido, pretende-se refletir acerca das estratégias de resistências da subjetividade e do saber de mulheres negras contra as opressões estabelecidas pela sociedade patriarcal/racista e eurocêntrica. O estudo em questão fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e encontra-se dividido em três tópicos articulados. O primeiro aborda a relação de violência contra o corpo feminino negro e como esse se projeta contra essa violência. No segundo momento, discute-se o processo de epistemicídio dos saberes do povo negro e como a mulher negra vêm se destacado na produção intelectual e reconhecimento do saber científico afro-brasileiro. E, por fim, ressalta-se a importância da educação para o reconhecimento e construção dos saberes do povo negro, com enfoque no protagonismo da mulher negra, como insurgente intelectual em suas produções de conhecimentos dentro da Universidade.

2 A SUBJETIVIDADE DO CORPO FEMININO NEGRO: ENTRELAÇAMENTOS DE GÊNERO E RAÇA

A partir das denominações eurocêntricas, centradas no discurso da raça branca privilegiada e autodeclarada “superior”, os corpos negros foram considerados como não humanos e/ou sub-humanos. Em uma sociedade historicamente marcada pela experiência do

colonialismo político e as persistências da colonialidade³ e do patriarcalismo, a mulher negra foi mantida sob dominação masculina e seus corpos submetidos aos prazeres dos homens.

O patriarcalismo, segundo Saffioti (2015, p. 28), “atravessa toda a sociedade como um todo, e é marcado pelas relações desiguais e hierárquicas de gênero”. Para as mulheres negras, essa dominação/desigualdade de gênero torna-se mais intensa, pois interseccionada às desigualdades raciais, a representar opressões lançadas sobre seus corpos pelos homens e mulheres de raça branca. Definidas, desta feita, como “sub-humanas e inferiores”, as mulheres negras têm seus corpos violados pelo machismo, pelo poder hierarquizado que oprime a mulher em seus espaços familiar/doméstico e profissional/público. Porém, as mulheres negras têm reagido contra essas desigualdades e submissões.

Conscientemente, essas sujeitas recusam-se a serem reduzidas a “mulheres objetos” destinadas à procriação, ao prazer dos homens e/ou ao trabalho forçado. E reafirmam-se enquanto sujeitas com humanidades, desejos, sonhos, saberes/culturas, existências qualificadas, protagonistas das lutas por seus direitos, a resistirem com suas vidas, por elas e por todas as outras mulheres negras. Segundo bell hooks (2014), apesar de seus esforços na conquista de direitos, as mulheres negras, nos EUA, ainda conviveram com os padrões da sociedade sexista/machista. Continuaram a exercer os ditos “seus papéis” separados e inferiorizados em relação aos dos homens. Nas palavras da autora:

Quando o movimento dos direitos civis começou nos anos cinquenta do século XX, as mulheres negras e os homens juntaram-se para lutar pela igualdade racial, no entanto as ativistas negras não receberam a aclamação pública ganha pelos líderes negros. O protótipo do papel sexista era também a norma nas comunidades negras como noutra qualquer comunidade americana. (HOOKS, 2014, p. 7).

Com as transformações que ocorreram desde o final do século XX e as crescentes manifestações do Movimento Feminista Negro, as mulheres negras vem resistindo, a ganhar reconhecimento social e espaços em vários setores da sociedade. Porém, são espaços limitados e atravessados pelo(s) racismo(s) que aprofundam as desigualdades entre brancos e negros, a manter o eixo de dominação e discriminação racial/sexista. Esse processo de dominação busca,

³ A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos da existência social cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2009, p. 73).

a todo tempo, lembrar que o lugar da mulher negra não é aquele, que seu corpo está invadindo um lugar privilegiado, pois seu corpo negro não pertence ao mesmo lugar que ocupa um corpo branco.

Nesta dimensão sexista e machista/patriarcal, as mulheres negras precisam se unir para lutar contra esse poder de dominação e desumanização que desvaloriza a vida das mulheres negras. Além de enfrentar toda essa discriminação racial/sexista, a mulher negra enfrenta a violência sofrida em seus corpos pelo patriarcado/machismo social e culturalmente enraizados. Violências essas que usurpam e violam seus corpos através do estupro, do assédio sexual, do assassinato/feminicídio, das palavras desagradáveis e intimistas, do racismo “sutil” ou explícito, de todo tipo de violência física, moral e virtual. Audre Lorde reflete criticamente sobre a diferença desumana do tipo de violência sofrida pelas mulheres negras em relação às mulheres brancas e como essas distorções são impostas sobre as mulheres negras. Assim enuncia a autora:

Mas as mulheres negras e seus filhos sabem que o tecido de nossas vidas é costurado com violência e ódio, e por isso não há descanso. Não lidamos com isso apenas nas manifestações, ou nos becos escuros à meia noite, ou nos lugares onde ousamos verbalizar nossa existência. Para nós, cada vez mais, a violência se entrelaça no tecido diário de nossas vidas – no supermercado, na sala de aula, no elevador, no consultório médico e no pátio da escola, vem do encanador, do padeiro [...]. Como mulheres, compartilhamos alguns problemas; outros não. Vocês temem que seus filhos cresçam, se unam ao patriarcado e deponham contra vocês; nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de dentro de um carro e sejam alvejados no meio da rua, e vocês darão as costas para os motivos pelos quais eles estão morrendo. (LORDE, 2019, p. 147-148).

Tratada como “a outra”, a mulher negra tem sua vida minimizada e tornada refém de violências naturalizadas. A justiça, para essas mulheres, é neutralizada e raros são os casos em que os responsáveis/violentadores são punidos. A mulher negra encontra-se sujeita à dominação e à invisibilidade social lançadas sobre ela cotidianamente. Os reiterados apagamentos e/ou silenciamentos sociais dessas existências, de seus saberes/culturas e de suas demandas encarnam-se nas práticas – discursivas e não discursivas – cotidianas que as atravessam. E, dessa feita, projetam as vidas negras – em destaque as vidas de mulheres negras – enquanto vidas desqualificadas e “matáveis” (AGAMBEN, 2005) em sintonia com o sistema mundo capitalista/colonial/moderna/patriarcal/racista (QUIJANO, 2009), a inscrevê-las nas margens. Nessa reflexão, importa lembrar a análise de Butler (2015) quando questiona: “o que

é uma vida?” e o que faz com que algumas pessoas tenham mais valor do que outras? A autora busca mostrar as fragilizações, vulnerabilizações e resistências das vidas consideradas “sem valor” diante de um sistema de normas que sabota a si mesmo, a marginalizar determinadas existências e torná-las ainda mais suscetíveis ao não reconhecimento social e à morte, simbólica ou física, ao chegar ao extremo dos assassinatos/feminicídios.

No Brasil contemporâneo, os recorrentes casos de homicídios e feminicídios, em sua maioria, são de mulheres negras (2020). Sujeitas que perdem suas vidas, em meio a tantos outros corpos, para um sistema estrutural violento e caracterizado pelos padrões de pretensão “supremacia branca”, que viola e ameaça a garantia dos direitos humanos. Consideradas, nos discursos patriarcais/machistas e racistas, com uma carga dupla de inferiorização/hierarquização em relação aos homens branco e negro, bem como em relação às mulheres brancas, a mulher negra tem sua vida e ações negativadas nessa sociedade capitalista/racista/patriarcal/colonial. Nessa perspectiva, salienta-se a lúcida reflexão de hooks (2014) ao afirmar que a violência e a misoginia contra as mulheres ocorreram muito antes do movimento feminista e que o patriarcalismo foi reestruturado para adaptar-se ao capitalismo dito moderno. A autora prossegue enunciando que:

Nesta cultura, muita da violência contra as mulheres é promovida pelo capitalismo patriarcal que encoraja os homens em verem-se a si mesmos como privilegiados, enquanto diariamente lhe despojam a sua humanidade no trabalho desumanizado e como consequência os homens usam a violência contra as mulheres para reparar a perda do seu sentido de poder e de masculinidade. (HOOKS, 2014, p. 77).

Mulheres negras concerne em grupo social desvalorizado pelo sistema estrutural de poder e, nesses moldes, habitualmente tem seus direitos negligenciados e seus corpos esquecidos, quando não, submetidos a múltiplas expressões de violências, submetidas à dominação elitista branca, sem direitos para decidirem sobre seus próprios corpos, de como usá-los, aonde ir, ainda dependentes da “(des)razão” branca racista.

Essas mulheres negras têm lutado para se manterem vivas e existirem. Constroem e protagonizam movimentos críticos e fortes pela garantia de direitos humanos, de direitos das mulheres, na busca de romper com os padrões do patriarcalismo, e na especificidade do feminismo negro, a tecer trajetórias de (re)existências nas quais têm ocupado importantes espaços de poder em nossa sociedade. Assim buscam garantir que seus corpos, seus saberes/culturas e suas demandas sejam respeitados e valorizados. É para a universidade e o

campo das produções de saberes/conhecimentos que significativas mulheres negras têm conquistado espaço de protagonismo e reexistências pluriversais, conforme buscou-se abordar no próximo item.

3 MULHERES NEGRAS E BUSCA POR RECONHECIMENTO NO CAMPO EDUCACIONAL: APROXIMAÇÕES AO TEMA

Diversas mulheres negras, a exemplo das significativas Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, entre outras, ganharam destaque no campo da intelectualidade e produção de conhecimentos/saberes, no desafio cotidiano de romper, em parte, com o racismo e o patriarcado que, notoriamente, dificultam, quando não impedem, o reconhecimento de seus conhecimentos/saberes relacionais às suas existências. Ainda assim, o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) persiste nas práticas cotidianas, inscreve-se e reproduz-se nas relações socioeconômicas, políticas e culturais. Conforme salienta Almeida (2019), o racismo é estrutural, a configurar uma herança discriminatória da escravidão que estabelece relações de poder entre os grupos raciais denominados.

A esse racismo une-se o epistemicídio, a expressar os processos de apagamento e silenciamento dos conhecimentos/saberes dos povos originários e da população afrodescendente, via de regra entrelaçado ao genocídio que marcaram o colonialismo político, a considerar a experiência do Brasil colônia, e sua reconfiguração na colonialidade em curso. Para Santos e Meneses (2009, p. 25), o epistemicídio se dá pelo “apagamento, silenciamento e desqualificação dos saberes e conhecimentos de sujeitos coletivos e do Sul global em nome do progresso”. O não reconhecimento de outros saberes e existências fortaleceu a dominação de uma raça (branca/europeia, seguida da norte-americana) sobre a outra e do conhecimento ocidental/europeu e estadunidense como superior a outros tipos de conhecimentos/saberes. Não apenas a negação desses saberes e culturas, mas a morte física de muitos povos, que teve sua humanidade negada e exterminada por aqueles que detinham o poder e se afirmavam depositários da racionalidade dita superior!

Por séculos, a população negra sofre com múltiplas violências, negações e violações de direitos; estigmatizações e segregações socioterritoriais, empurrados para as margens

urbanas; silenciamento e/ou desqualificação de seus saberes, culturas e demandas. Como expressa Sueli Carneiro (2005):

A ação do epistemicídio vai além da anulação e desqualificação dos conhecimentos, é uma negação que fere de morte a racionalidade do indivíduo subjugado. [...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A primeira expansão colonial e exploratória europeia, relativo ao período das grandes navegações que conquistaram/usurparam as “Américas”, subjugou as existências das populações negras advindas de África, assim como dos povos originários das ditas “colônias”, e os (des)classificou como povos não humanos e/ou inferiores, incapazes de decidirem por si mesmo, nomeados pejorativamente de “selvagens”, “primitivos”, “incivilizados”. Dessa feita, os colonizadores deslegitimaram os povos negros e originários, monopolizaram e afirmaram os conhecimentos eurocêntricos como verdadeiros e superiores a quaisquer outros tipos de saber, a reivindicar, para si, a designação de “civilizados”.

Cabe salientar as densas especificidades desses processos para as mulheres negras, a tornar-se ainda mais difícil afirmar-se enquanto “seres dotados de alma”, alguém que pudesse falar e/ou produzir algum tipo de conhecimento/saberes reconhecidamente legítimos. Isso porque, desde a colonização europeia no Brasil, a mulher negra esteve na base da estrutura hierárquica social, tanto devido à sua cor/raça e ao seu gênero, como pela sua ocupação servil de escravizadas na casa dos senhores ditos seus proprietários. Refém de um sistema violento, de cariz racista e patriarcal, mesmo após decretado o fim da escravidão em solo brasileiro, a população negra ficou entregue à sua “própria sorte”, sem quaisquer intervenções estatais voltadas à sua proteção social. O acesso à educação permaneceu negado à população negra ainda submetida, à época, a trabalhos de baixa qualificação e, por conseguinte, ínfima remuneração. As desigualdades racial e de gênero, somadas à necessidade da população negra continuar na luta diária para sobreviver – para não morrerem de fome ou se tornar novamente escravizados pelo sistema – reforçou os limites no acesso à educação, circunscrito apenas aos ricos e brancos.

É também nesse campo da educação que a mulher negra busca quebrar com tanto com o ciclo de reprodução da pobreza, a buscar mobilidade e ascensão social, como com os padrões racistas/eurocêntricos e patriarcais impostos e reproduzidos cotidianamente na sociedade brasileira contemporânea. Segundo Sueli Carneiro (2005), “a educação é um elemento estratégico na participação de oportunidades sociais básicas para a equidade e justiça social, mas por ter sido hierarquizada não tem como garantir esses direitos”. Ir contra essas opressões de hegemonia cultural e científica não significa desclassificar conhecimentos já existentes, mas tornar reconhecido conhecimentos/saberes outros, que outrora foram tidos como inferiores e sem valor científico. A necessidade do reconhecimento das existências, dos saberes/culturas e demandas dos grupos histórica e socialmente marginalizados e desqualificados pelos paradigmas ocidentais, dentre os quais se salienta a condição das mulheres negras, faz com que esses grupos reivindiquem e mobilizem-se politicamente por direitos. Nesse caso, as lutas exigem simultaneamente o acesso a direitos sociais igualitários, a considerar, aqui, a demanda por educação pública, gratuita e de qualidade, em especial o ensino superior para as populações negras, mas com equidade e reconhecimento social em sua materialização.

Conforme adverte Carneiro (2005), mesmo quando pessoas negras alcançam a excelência em algum conhecimento intelectual estão diante de um não reconhecimento. A autora retoma, então, a configuração assumida do epistemicídio, a merecer reflexão crítica contundente, qual seja:

[...] quando o negro alcança o domínio dos paradigmas da razão ocidental, ele está diante do epistemicídio, embora esse domínio seja a negação de um dos seus pressupostos (o da incapacidade cognitiva inata dos negros) por ausência de alternativa a esse campo epistemológico hegemônico, pela redenção que a aculturação promove dos paradigmas da razão hegemônica, pela destituição de outras formas de conhecimento. (CARNEIRO, 2005, p. 117).

A inserção das mulheres negras na universidade, com enfoque nas públicas, abre possibilidades de valorização de suas produções intelectuais e tece um caminho para outras que virão posteriormente, na busca por afirmação e reconhecimento social de suas existências relacionais aos seus conhecimentos/saberes produzidos. Corrobora-se, assim, com a perspectiva de bell hooks (1995) ao assinalar que o trabalho intelectual é “uma parte necessária da luta pela libertação dos esforços das pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes”. Resistir às opressões

dominantes da sociedade para essas mulheres é, portanto, reexistir contra a subalternização e romper diariamente na construção de suas experiências, a criar expressões de seus conhecimentos/saberes, suas culturas e transgredir fronteiras epistêmicas e disciplinares.

As formas como mulheres negras têm buscado superar a invisibilização social aponta para a construção coletiva e também individual de conhecimentos/saberes que reivindicam seus lugares de fala dentro e fora dos espaços acadêmicos, assim como é possível identificar na ocupação de posições de poder no campo social, político, e econômico, de modo a romper com o silêncio que se perpetrou durante séculos e que ainda se repete em nossos dias.

4 CONCLUSÃO

As relações desiguais de poder, que atravessam as vidas de mulheres negras, (im)põe-se enquanto negação da subjetividade de seus corpos e das suas potências na criação de conhecimentos/saberes vinculados às suas existências afrodiáspóricas e ancestrais. O não reconhecimento social dessas sujeitas e, de forma ampliada das populações afrodescendentes, como seres humanos dotados de racionalidades, culturas e saberes/conhecimentos, rendeu anos de produção de não existências e subalternização. Importa destacar, nessa análise, as interseccionalidades entre o racismo (estrutural e em suas múltiplas configurações) e as desigualdades de gênero, nas dinâmicas das violências peculiares à sociedade patriarcal, com suas expressões na misoginia, no machismo e no sexismo, que recaem sobre as mulheridades e, de forma agudizada, sobre as mulheres negras e pertencentes às classes subalternas.

Não obstante as condições (im)postas e mesmo contrariando as produções discursivas hegemônicas, diversas mulheres negras se insurgiram contra tais violências e violações de seus direitos, contra os epistemicídios reiterados no Brasil do século XXI, em especial em contexto de neoconservadorismos e de avanço da ultradireita perversamente aliados ao neoliberalismo à brasileira, dinamizados pelo movimento bolsonarista em curso. Resistem contra o sistema mundo capitalista/colonial-moderno/racista/patriarcal (QUIJANO, 2009) vinculado à produção de epistemicídios, ambos a desvalorizar vidas negras. As mulheres negras unem-se, articulam e protagonizam movimentos feministas negros, a conquistar e/ou fortalecer posições em espaços públicos de poder e de debates, dentre os quais as universidades, potencialmente as públicas, adquirem centralidade estratégica para as suas expressões de reexistências, reconhecimento e

criação de saberes relacionais às suas existências. Suas produções individuais e coletivas atravessam fronteiras epistêmicas, disciplinares e geográficas, a tecer correlações e alianças fundantes nas lutas contra as colonialidades do ser, do poder e do saber, no dizer de Maldonado-Torres (2008), a transpor barreiras necessárias para o reconhecimento dessas produções advindas das escritas pluriversais de mulheres intelectuais negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BEZERRA, L. M. P. de S. FRONTEIRAS SIMBÓLICAS E (DES)CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DOS “POBRES” NAS MARGENS URBANAS: problematizando versões de moradores em territórios estigmatizados de Fortaleza-CE. Revista de Políticas Públicas. São Luís. Número Especial: PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: EXPERIÊNCIAS E ANTECIPAÇÕES CONCRETAS. V. 20. novembro de 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Tadeu de Nicmeyer Limarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, A. Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. Tese de doutorado.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

_____. Intelectuais Negras. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC. Vol.3 nº 2/95, p. 464-478.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Ed. Autêntica. Tradução Stephanie Borges. 2019.

MALDONATO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial1 Decolonization and the Decolonial Turn A descolonização e o giro des-colonial. Tabula Rasa, Bogotá/Colômbia, nº. 9, julio-diciembre 2008.

MONITOR da Violência. **g1.globo.com**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em: 25 de jul. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo, Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, B. de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

